



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

EDITAL DE CREDENCIAMENTO – CHAMADA PUBLICA Nº 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 772/2024

1. PREÂMBULO.

O Município de **Bento Fernandes - RN**, pessoa jurídica de direito público, com endereço à Rua Tiradentes, 66, Centro, Bento Fernandes - RN, inscrita no CNPJ Nº 08.110.884/0001-49, através de sua AGENTE DE CONTRATAÇÃO com auxílio da equipe de apoio, nomeados pela Portaria Nº 092/2024, torna público que, em cumprimento aos preceitos contidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal 005/2023, e outras normas aplicáveis, que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO, na forma eletrônica, com a utilização do procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, objetivando o Credenciamento de empresas prestadoras de serviços de saúde, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento, conforme termo de referência, e que ocorrerá exclusivamente no formato eletrônico do site www.portaldecompraspublicas.com.br/

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 22/08/2024 – às 08:00h

IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO: ATÉ 21/08/2025 – às 08:00h

LIMITE DE ENTREGA DE PROPOSTAS: 21/08/2025 – às 08:00h.

LOCAL: site, www.portaldecompraspublicas.com.br

OBS: Como referência de tempo, será considerado o Horário Oficial de Brasília/DF.

2. DO OBJETO.

2.1. **Contratação de empresa para atuar no município de Bento Fernandes, objetivando atender a demanda de plantões e consultas médicas eletivas à população beneficiária do Sistema Único de Saúde, deste município**, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas no **Termo de Referência** e anexos.

2.2. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

2.3. Os serviços serão executados predominantemente nas unidades de atendimento do **MUNICÍPIO CONTRATANTE**, de acordo com a demanda do órgão e conforme previsão no termo de referência.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

3.1. As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação ocorrerão em conta do orçamento geral do município, conformidade dotação orçamentaria abaixo e anexa ao processo e serão informadas quando da efetiva contratação.

4. DO CREDENCIAMENTO.

4.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico e participar os interessados em participar do Credenciamento Eletrônico fazer o prévio cadastramento do usuário, da senha pessoal que é intransferível, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha deverão ser solicitadas pelo telefone (61) 3120-3737 (Portal de Compras Públicas).

4.2. A senha poderá ser utilizada em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Portal de Compras Públicas, devidamente justificado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Dispensa Eletrônica.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no omento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. A participação no presente Credenciamento ocorrerá por meio do Sistema, ferramenta informatizada integrante, e que participarão os interessados pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos interessadas e que comprovarem atender a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.2. Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, do mesmo diploma legal.

5.3. A participação no certame, portanto, deverá ser aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.4. O procedimento será divulgado no Portal de Compras públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

5.5. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

5.6. Não poderão participar deste Credenciamento os interessados:

5.6.1. Que não atendam às condições deste Credenciamento e Termo de referência e seu(s) anexo(s);

5.6.2. Suspensas e/ou Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas, na forma da legislação vigente;

5.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.6.4. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

g) Que tenham o mesmo responsável técnico e/ou indicados por outra empresa que esteja participando da mesma licitação;

5.6.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

5.6.6. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa,



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

5.6.7. Que se não enquadrem nas vedações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021;

5.6.8. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5.6.9. Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de constituição (holding, cooperativas ou equivalente);

5.7. Como condição para participação neste Credenciamento, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.7.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.7.2. Que não possui vínculo com funcionário da Prefeitura Municipal de Bento Fernandes-RN

5.7.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas nesse Termo de Referência e seus anexos;

5.7.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.7.5. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

5.7.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.8. São condições para credenciamento dos profissionais:

a) Estar inscrito perante o respectivo Conselho de classe;

b) Não possuir antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

5.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei.

6. DO INGRESSO NO CREDENCIAMENTO e SELEÇÃO.

6.1. O ingresso do fornecedor no Credenciamento se dará com o cadastramento inicial, na forma dos itens abaixo, sendo que o mesmo ficará disponível, após a publicação do aviso até o prazo final de vigência deste edital.

6.2. Como requisito para participação no Credenciamento, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências

6.4. O Credenciamento Eletrônico dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, através do Portal de Compras Públicas.

6.5. O certame será realizado mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br e os trabalhos serão conduzidos por servidor (a) da Prefeitura Municipal de Bento Fernandes, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Credenciamento Eletrônico.

6.6. O julgamento da proposta e dos documentos de habilitação para o presente credenciamento será realizado pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

6.7. O prazo para análise da documentação de habilitação pelos Agentes será até 10 dias úteis, a depender do número de documentos e de participantes contados da data de confirmação de recebimento dos documentos.

6.8. Poderão ser solicitadas diligências para suprir eventuais dúvidas e/ou sanar erros ou falhas que não alteram a substância dos documentos e sua validade jurídica.

6.9. Após a análise dos documentos, este órgão decidirá motivadamente sobre o credenciamento das entidades interessadas, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do momento do recebimento dos documentos de habilitação, formalizando sua decisão nos autos do processo administrativo e elaborando uma lista contendo a relação das entidades credenciadas e das inabilitadas para o credenciamento.

6.10. A lista contendo a relação das credenciadas e das entidades inabilitadas para o credenciamento será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal da Transparência do Município de Bento Fernandes/RN.

6.11. As interessadas que não lograrem êxito no credenciamento, após a publicação referida no item anterior,



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

poderão requerer novo credenciamento e complementar à entrega de documentos eventualmente faltantes ou para promover a regularização desses, durante a vigência do presente edital de credenciamento.

6.12. O MUNICÍPIO CONTRATANTE poderá revogar o presente chamamento público por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

6.13. As situações não previstas neste Edital, inclusive aquelas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, serão resolvidas neste regulamento, pelo MUNICÍPIO CONTRATANTE.

7. DOS CRITERIOS PARA ORDEM DE CONTRATAÇÃO

7.1 Os interessados, após a habilitação, mediante necessidade da Administração, poderão ser convocados para assinatura do Contrato e a partir desta data já poderão ser demandados para prestar os serviços, sendo que o prazo de vigência obedecerá ao prazo remanescente do edital de credenciamento.

7.2 A assinatura do contrato implica a aceitação integral e irretratável das regras contidas neste Edital.

7.3 O credenciamento não obriga esse órgão a convocar a entidade para a execução das atividades, as quais serão realizadas de acordo com a necessidade verificada pela unidade de saúde e obedecido o critério objetivo de distribuição dos serviços para os profissionais, segundo os critérios definidos neste Edital.

7.4 A administração permitirá o cadastramento permanente de novos interessados, enquanto o edital de chamamento permanecer vigente.

7.5 Tendo em vista a inviabilidade de competição por termos os valores a serem pagos a cada item de forma pré-estabelecida e por termos as demandas limitadas e também previamente estabelecidas, não possibilitando disputas, definiremos os critérios de seleção e prioridade no credenciamento, obedecendo assim o que expressa o Art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, haja vista que para este objeto não temos como realizar a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, assim sendo, havendo mais de um CREDENCIADO para cada especialidade/item, estabeleceu-se como critérios de prioridade para seleção as condições impostas no Termo de Referência no item **DO SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO**.

8. DA HABILITAÇÃO.

7.1 A habilitação do licitante credenciada será verificada mediante apresentação em arquivo único e em PDF, os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do Termo de Referência.

7.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- b) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.
- c) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "a" e "b" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU ([https:// certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/](https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)).

7.2.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.1.1 Aso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.2.1.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.2.1.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

- 7.2.2 Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.2.3 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 7.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Termo de Referência e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
- 7.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 7.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.6 Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos relacionados no Termo de Referência (Anexo I):
- 7.7 **Habilitação Jurídica:** (Conforme Termo de Referência)
- 7.8 **Regularidade Fiscal e Trabalhista:** (Conforme Termo de Referência)
- 7.9 **Qualificação Econômico-Financeira** (Conforme Termo de Referência)
- 7.10 **Qualificação Técnica** (Conforme Termo de Referência)
- 7.11 **Declarações** (Anexo III)
- 7.12 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 7.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências no termo de referência.
- 7.14 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 7.15 Caso o credenciado seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 7.16 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no termo de referência, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 7.17 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 7.18 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste termo de referência.
- 7.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no termo de referência, o licitante será declarado Credenciado.

8 DO ENCAMINHAMENTO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA.

- 8.1 Proposta de preços, onde deverá a interessada apresentar sua proposta em papel timbrado, digitada de forma legível, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da entidade, devendo conter o CNPJ, a razão ou denominação social, endereço, telefones e “e-mail” utilizados;
- 8.2 Na proposta o prazo de validade deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da entrega da documentação, podendo oferecer prazo superior.
- 8.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do CREDENCIAMENTO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.4 Declarar que no preço referido no objeto é considerado completo, e abrange todos os tributos (impostos,



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais e trabalhistas, administração, lucros.

- 8.5 Declarar que na proposta de preço estão inclusos o pagamento do piso salarial da(s) categoria(s)
- 8.6 bem como adicionais de insalubridade, periculosidade, adicional noturno assim como outros pagamentos decorrentes da legislação e dissídios da categoria, quando o tipo de atividade assim o exigir.
- 8.7 Declarar total concordância com as condições estabelecidas neste edital, inclusive com os valores e instruções constantes na Tabela presente no termo de referência deste edital.
- 8.8 A proposta apresentada de forma incompleta, rasurada ou em desacordo com o estabelecido neste Edital será considerada inepta, podendo o interessado apresentar novo requerimento livre das causas que ensejaram sua inépcia.
- 8.9 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 8.10 A apresentação da proposta de credenciamento implica na plena concordância e aceitação dos termos e condições previstas neste instrumento, inclusive com relação ao preço estipulado pela Administração para a prestação dos serviços constantes do Anexo I, parte integrante deste processo.
- 8.11 Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública obedecerão ao horário de Brasília – DF.
- 8.12 Para os procedimentos que serão executados nas dependências da contratada, tendo em vista a necessidade de proceder com a economia dos recursos públicos, sopesando que o deslocamento dos pacientes correrá por conta dos municípios, para fins de classificação, será levando em consideração a localização geográfica dos locais onde serão ofertados os serviços, com **raio de até 100 km (cem quilômetros)**.
- 8.13 O objetivo deste critério é atender ao interesse público com o menor uso de recursos possível, evitando sobrecarregar o município com várias despesas associadas, como deslocamentos e alimentação. Isso se justifica pelo fato de que quanto maior a distância de deslocamento, maior é o gasto de recursos públicos. Assim, a localização geográfica se torna crucial para a eficiência na execução do contrato, alinhando-se aos princípios da economicidade, eficácia e eficiência na atuação administrativa.
- 8.14 A proposta de credenciamento compreende na apresentação e envio, conforme (Anexo II), que deverá ser enviada, para o www.portaldecomprapublicas.com.br: em papel timbrado, com a identificação da empresa interessada, em 01 (uma) via, redigida em português, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada pelo responsável legal da proponente, devendo conter a Razão Social, Endereço completo, CEP, Telefones, Fax, E-mail caso haja, e número do CNPJ.
- 8.15 Os documentos exigidos no item 5, bem como, o Requerimento para Credenciamento (Anexo II), deverão ser enviados para o www.portaldecomprapublicas.com.br:
- 8.16 O MUNICÍPIO CONTRATANTE, através da Comissão Permanente de Licitação poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;
- 8.17 A apresentação da proposta de credenciamento implica na plena concordância e aceitação dos termos e condições previstas neste instrumento, inclusive com relação ao preço estipulado pela Administração para a prestação dos serviços constantes do Anexo I, parte integrante deste processo.

9 DA CONCESSÃO DO CREDENCIAMENTO.

- 9.1 O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de chamamento público/credenciamento será julgado habilitado e, portanto, credenciado neste MUNICÍPIO CONTRATANTE, encontrando-se apto a prestar os serviços aos quais se candidatou.
- 9.2 Durante a vigência do edital de chamamento público, incluída as suas republicações, a contratante, a seu critério, poderá convocar por ofício os credenciados para nova análise de documentação. Nessa ocasião serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando da pré-qualificação do interessado.
- 9.3 O credenciamento não estabelece qualquer obrigação do MUNICÍPIO CONTRATANTE em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o Município poderá denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

10 DO DESCREDENCIAMENTO E PENALIDADES.

10.1 Por algum motivo o CREDENCIADO deixar de atender as condições estabelecidas neste Edital; O CREDENCIADO que não entregar as escalas e a documentação necessária para o credenciamento de novos profissionais dentro do prazo estabelecido pela Comissão de Credenciamento do MUNICÍPIO CONTRATANTE.

10.2 Houver recusa injustificada do CREDENCIADO em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido;

10.3 O CREDENCIADO declarar informação falsa ou que não puder ser comprovada através de documentos;

10.4 A pedido da CREDENCIADA, observado o disposto no item 10.6.

10.5 O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, garantido o contraditório e a ampla defesa da credenciada, das sanções de acordo com a Lei 14.133/2021.

10.6 O pedido de credenciamento não desincumbe a CREDENCIADA da obrigação de cumprir os eventuais serviços já requisitados pelo Consórcio e das responsabilidades a eles vinculados, sendo cabível a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital em caso de irregularidade na execução dos respectivos serviços (total ou parcial).

11 DA MANUTENÇÃO DO CREDENCIAMENTO

11.1 Durante a vigência do credenciamento é obrigatório que os credenciados mantenham regularizadas todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico- financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições de credenciamento.

12 DA CONTRATAÇÃO

12.1. Os serviços prestados serão contratados por meio de Inexigibilidade, onde se estabelecerão com clareza e precisão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, conforme minuta constante do Anexo IV deste edital;

12.2. O prazo do contrato será estipulado de acordo com os preceitos legais, porém, determinado em função das reais necessidades dos serviços, podendo ser prorrogado conforme preceitua a Lei 14.133/21.

12.3. São de inteira responsabilidade do(a) Contratado(a) todas as obrigações pelos encargos previdenciários fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução do Contrato e previstos em lei.

12.4. O(a) contratado(a) é responsável pelos danos causados, diretamente ao MUNICÍPIO CONTRATANTE e seus beneficiários, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não reduzindo ou excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

12.5. Concluído e ratificado o Credenciamento, os CREDENCIADOS serão convocados para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Artigo 95, da Lei 14.133/2021.

12.6. O(a) contratado (a) se compromete a assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação através de correio eletrônico, ou notificação na imprensa;

12.7. A não assinatura do Contrato no prazo estabelecido poderá ser entendida como recusa injustificada e poderá ensejar a convocação dos próximos CREDENCIADOS, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste instrumento e seus anexos e na legislação que disciplina a matéria.

12.8. O MUNICÍPIO CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes ou quaisquer outros;

12.9. A carga horária a ser trabalhada para execução dos serviços de saúde objeto deste Chamamento Público será proporcional à quantidade de exames/laudos e outros procedimentos em saúde a serem



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

realizados.

12.10 O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse do MUNICÍPIO CONTRATANTE, e anuência do CREDENCIADO, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de sessenta meses, mediante Termo Aditivo e consensual.

13. DO SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO.

13.1. Havendo mais de um credenciado, a prestação dos serviços ocorrerá por ordem de credenciamento;

13.2. O serviço iniciará pela ordem cronológica de credenciamento, sendo o primeiro credenciado o primeiro a executar os serviços;

13.3. Havendo mais de um credenciado na mesma data e hora, será realizado sorteio entre eles para estabelecer a ordem.

13.4. Os novos credenciados passarão a integrar o sistema como últimos da lista de espera.

13.5. Poderá o MUNICÍPIO CONTRATANTE, justificadamente, alterar o número de atendimentos de credenciado no sistema de rodízio, mediante comunicação prévia aos credenciados;

13.6. A alteração do quantitativo citada no item anterior somente será aplicada após completado o ciclo vigente com todos os fornecedores já credenciados no momento da comunicação da alteração.

13.7. O Credenciado poderá negar a convocação feita pelo sistema de rodízio, desde que já tenha executado o número mínimo de atendimentos nos 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à convocação.

13.8. Na hipótese do item 14.7, haverá penalidade ao credenciado.

14 DA CONTRATADA.

14.1 Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações da contratada:

14.2. Executar os serviços conforme solicitação do MUNICÍPIO CONTRATANTE, através de ordem (ns) de serviço (s) (empenho) emitido (s) pelo requisitante;

14.3. Ser responsável, em relação aos seus profissionais e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento;

14.4. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio da contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

14.5. Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional;

14.6. Justificar à contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos serviços, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual termo aditivo para alteração do prazo de execução;

14.7. Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe expressamente proibida a subcontratação da prestação do serviço;

14.8. Cumprir ou elaborar em conjunto com a contratante o planejamento e a programação do trabalho a ser realizado, bem como a definição do cronograma de execução das tarefas;

14.9. Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades da contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços;

14.10. Apresentar, quando solicitado pela contratante, relação completa dos profissionais, indicando os cargos, funções e respectivos nomes completos, bem como, o demonstrativo do tempo alocado e



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

cronograma respectivo;

- 14.11. Manter as informações e dados da contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado.
- 14.12. Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato;
- 14.13. A contratada prestará serviços à contratante, provendo a complementação do serviço público municipal, correspondentes aos serviços ambulatoriais, aos pacientes residentes neste município;
- 14.14. Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações da contratante:
- 14.15. Exercer a fiscalização da execução do contrato por meio do fiscal do contrato, servidor especialmente designado, na forma prevista no artigo 117, da Lei nº 14.133/2021;
- 13.16. Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato;
- 14.17. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelos técnicos do contratado;
- 14.18. Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato;
- 14.19. A contratante, através de seus órgãos competentes, deverá promover a devida regulação do ingresso do paciente ao serviço, utilizando os seguintes critérios para encaminhamento:
- 14.20. Descrição detalhada do histórico da doença que justifique o encaminhamento, a qual deverão ser anexados os exames que corroborem para tal;
- 14.21. A empresa CREDENCIADA deverá estar disponível à prestação do serviço contratado pelo MUNICÍPIO CONTRATANTE a partir do momento da assinatura do contrato podendo ser descredenciada e aplicada as penalidades previstas em lei, em caso de receber 2 (duas) notificações por descumprimento de quaisquer itens deste edital.

15 DA CONTRATANTE.

15.1 Ao MUNICÍPIO CONTRATANTE compete:

- 15.1.1. Fiscalizar a execução do avençado, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada pelo presidente cumprimento das obrigações estipuladas, nem quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 15.1.2. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade encontrada no serviço ou objetos da contratação, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-los;
- 15.1.3. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a prestação dos serviços;
- 15.1.4. Notificar, por escrito, a contratada da aplicação de qualquer sanção;
- 15.1.5. Efetuar o pagamento à credenciada, no prazo acordado, após a entrega da nota fiscal/fatura no setor competente;
- 15.1.6. Prestar informações necessárias, com clareza, para execução dos serviços avençados;
- 15.1.7. Credenciar perante a contratada, servidores autorizados a acompanhar, fiscalizar e conferir a qualidade e execução dos serviços adjudicados;
- 15.1.7. Notificar a contratada para ajustar, imediatamente, os procedimentos e/ou métodos de execução dos serviços que porventura venham a ser considerados impróprios e/ou prejudiciais, por técnicos do Município, a qualidade dos serviços prestados e a utilização dos materiais solicitados;
- 15.1.9. Acompanhar e fiscalizar permanentemente a execução dos serviços, visando o atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, devendo intervir, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento;
- 15.1.8. Exigir a troca de material, funcionário ou equipamento que não seja adequado às exigências do serviço;



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

- 15.1.9. Aplicar, quando for o caso, as penalidades, advertências e sanções previstas no edital e contrato, de acordo com as Leis que regem a matéria;
- 15.1.10. Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços objeto do credenciamento.

16 DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CONTROLE DE QUALIDADE.

- 16.1 Os credenciados contratados deverão executar os serviços com a devida diligência e observação dos padrões de qualidade exigidos, cumprindo prazos e acordos de confidencialidade de dados e informações.
- 16.2. A contratante poderá, a seu critério, proceder à avaliação do desempenho dos credenciados contratados, que serão dela informados.
- 16.3. Verificado o desempenho insatisfatório, o credenciado contratado será notificado e deverá apresentar justificativa formal no prazo de 2 (dois) dias úteis.
- 16.4. O desempenho insatisfatório na avaliação poderá implicar na restrição ou alteração do pagamento do serviço realizado, assim como na rescisão do contrato e aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.

17 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO.

- 17.1 A gestão da contratação caberá à Secretaria Municipal de Saúde, e a fiscalização da correta execução do objeto do presente credenciamento será exercida a qualquer momento, no que couber, pelo Município, por servidor designado.
- 17.2. As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.
- 17.3. À fiscalização de que trata este item competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Contrato, nos termos do Artigo 117, da Lei nº 14.133/2021, para atuarem como fiscal técnico e gestor do contrato, assim como seus respectivos substitutos.

18 CONDIÇÕES PACTUAIS.

- 18.1. Qualquer tolerância por parte do MUNICÍPIO CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o MUNICÍPIO CONTRATANTE exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.
- 18.2. A contratação, objeto deste procedimento, não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o MUNICÍPIO CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela Contratada para a execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.
- 18.3. A Contratada, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, ao Município, seu patrimônio, seus servidores, pacientes ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao MUNICÍPIO CONTRATANTE o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos;
- 18.4. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade do MUNICÍPIO CONTRATANTE, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO CONTRATANTE, sob



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.

18.5. A contratação será formalizada mediante inexigibilidade/assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Artigo 95, da Lei n. 14.133/2021.

19 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES.

19.1 A recusa injusta da **CONTRATADA** em deixar de cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 1%(um por cento) sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e/ou impedimentos de contratar com **PREFEITURA DE BENTO FERNANDES-RN**, por prazo de até 05 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, emitida pelo Sr. Prefeito Municipal, enquanto perdurarem os motivos de punição.

19.2 Por atraso no fornecimento e/ou na realização dos serviços, fixada neste instrumento, observada a Legislação Regente.

19.3 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.4 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

19.5 Acrescenta-se a este item, as demais colocações inseridas no termo de referência.

20 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

20.1 O procedimento será divulgado no Diário da Fomura no Portal de Compras Públicas e Portal nacional de contratações públicas.

20.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/agente de contratação.

20.3 Todas as referências de tempo no Termo de Referência, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

20.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.5 A homologação do resultado deste Credenciamento não implicará direito à contratação.

20.6 As normas disciplinadoras do procedimento auxiliar serão sempre interpretadas em favor do interesse público, desde que não comprometam o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e seus Anexos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10 Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Termo.

20.11 O Edital, Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar será disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: e www.portaldecompraspublicas.com.br, e [Portal Nacional de Contratações Públicas \(pncp.gov.br\)](http://Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp.gov.br))

20.12 A anulação do procedimento auxiliar Credenciamento por motivo de vício ou ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 149 da Lei no 14.133/21.

20.13 O MUNICÍPIO CONTRATANTE poderá revogar o presente chamamento público por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

20.14 As situações não previstas neste Edital, inclusive aquelas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, serão resolvidas pelo MUNICÍPIO CONTRATANTE.



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

20.15 Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Apendice ao anexo I (Estudo Técnico Preliminar)

Anexo II – Minuta Carta Proposta;

Anexo III – Modelo de Declarações

Anexo IV – Requerimento para Credenciamento

Anexo V – Minuta do Contrato;

Bento Fernandes - RN, 12 de agosto de 2024.

Luiz Gonzaga de Oliveira Neto
Agente de Contratação



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO.

1.1 Contratação de empresa para atuar no município de Bento Fernandes, objetivando atender a demanda de plantões e consultas médicas eletivas à população beneficiária do Sistema Único de Saúde, deste município. Nos termos vinculantes da tabela abaixo e conforme demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição / Especificação	Quant	Und	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Médico Plantonista c/ plantão de 24 horas (segunda a domingo) diurno na Unidade Mista Beatriz Rodrigues da Silveira.	300	UND	R\$ 2.785,00	R\$ 835.500,00
2	Médico Plantonista c/ plantão de 12 horas (Segunda a Domingo) diurno na Unidade Mista Beatriz Rodrigues da Silveira.	300	UND	R\$ 1.404,53	R\$ 421.359,00
3	Consulta na Especialidade de Alergologia	30	UND	R\$ 182,43	R\$ 5.472,90
4	Consulta na Especialidade de Cardiologia	300	UND	R\$ 300,00	R\$ 90.000,00
5	Consulta na Especialidade de Dermatologia	70	UND	R\$ 302,56	R\$ 21.179,20
6	Consulta na Especialidade de Endocrinologia	50	UND	R\$ 305,53	R\$15.276,50
7	Consulta na Especialidade de Gastroenterologia	40	UND	R\$ 300,00	R\$ 12.000,00
8	Consulta na Especialidade de Geriatria	40	UND	R\$ 307,85	R\$ 12.314,00
9	Consulta na Especialidade de Ginecologia	100	UND	R\$ 305,50	R\$ 30.550,00
10	Consulta na Especialidade de Infectologia	40	UND	R\$ 243,74	R\$ 9.749,60
11	Consulta na Especialidade de Nefrologia	40	UND	R\$ 496,78	R\$ 19.871,20
12	Consulta na Especialidade de Neurologia	50	UND	R\$ 502,06	R\$ 25.103,00
13	Consulta na Especialidade de Oftalmologia	100	UND	R\$ 299,79	R\$ 29.979,00
14	Consulta na Especialidade de Ortopedia traumatologia	6	UND	R\$ 300,00	R\$ 1.800,00
15	Consulta na Especialidade de Otorrinolaringologia	40	UND	R\$ 300,75	R\$12.030,00
16	Consulta na Especialidade de Pediatria	50	UND	R\$ 303,00	R\$15.150,00
17	Consulta na Especialidade de Pneumologia	40	UND	R\$ 300,00	R\$ 12.000,00
18	Consulta na Especialidade de Psiquiatria	40	UND	R\$ 300,14	R\$ 12.005,60
19	Consulta na Especialidade de Reumatologia	40	UND	R\$ 302,50	R\$ 12.100,00
20	Consulta na Especialidade de Urologia	40	UND	R\$ 300,56	R\$ 12.022,40
21	Consulta na Especialidade de Mastologia	40	UND	R\$ 288,45	R\$ 11.538,00
22	Exame na Especialidade de ultrassonografia	50	UND	R\$ 251,94	R\$ 12.597,00
23	Exame na Especialidade de endoscopia	50	UND	R\$ 250,34	R\$ 12.517,00
Total Global					R\$ 1.642.114,40

1.2 O objeto deste fornecimento. não se enquadra como sendo de bem de luxo, respeitando a vedação do art. 20 da lei federal nº 14.133/2021 e regulamento do decreto municipal nº 005/2023 e alterações. o objeto deste fornecimento/serviço possui natureza caracterizada como comum.

1.3 JUSTIFICATIVA A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

efetivação de serviço para suprir demanda específica – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDICOS ESPECIALISTAS, PLANTÕES E EXAMES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO – ,considerando a necessidade oportuna e imprescindível, bem como a relevância desta medida de interesse público, e ainda a necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para promover atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, é fundamental a contratação de serviços saúde. Esses serviços abrangem consultas e cirurgias, e são cruciais para atender à crescente demanda da Secretaria de Saúde deste município. Tal contratação garante acesso contínuo e ininterrupto aos cuidados médicos, reduzindo filas e tempo de espera, ampliando a cobertura assistencial, melhorando a qualidade dos serviços prestados e adequando a estrutura de saúde à demanda crescente da população. Dessa forma, visa-se promover o bem-estar e a qualidade de vida dos munícipes.

Contratação de instituição especializada na prestação de serviços técnicos de realização de Processo Seletivo Simplificado para o preenchimento de vagas de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Bento Fernandes/RN. Conforme lote abaixo:

2. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 A contratação será formalizada através de contrato que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da dispensa e da proposta a que se vinculam.

2.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

2.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

2.4. O contrato terá vigência inicial a partir da data de sua assinatura com prazo 12 meses, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.5. A execução dos serviços será iniciada na data indicada na ordem de serviço que será encaminhada pelo fiscal ou equipe de fiscalização do contrato por e-mail ou outro meio em caso de impossibilidade técnica.

2.6. Na ordem de serviço indicada no subitem anterior, serão indicados os prazos a serem cumpridos pela contratada nos diversos serviços/exames contratados.

2.7 Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 1 (um) dia útil após a comprovação do recebimento da Ordem de Serviço emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, via correio eletrônico descrito nos documentos oficiais da contratada.

2,8 As consultas/exames serão realizadas em estabelecimentos de saúde pré-aprovados pela Administração, que detenham condições físicas para a realização do procedimento.

2.9 As consultas/exames serão executadas nas unidades de atendimento do CONTRATANTE, no município, que deverá disponibilizar salas e equipamentos para realização dos atendimentos, consultas, exames e procedimentos em geral.

2.10 Caso não seja possível o início dos serviços dentro do prazo estipulado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas, antes do final do prazo descrito no item anterior, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

2.11 A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

2.12. A empresa Contratada deverá responsabilizar-se por:

2.12.1 Os serviços serão verificados pelo(a) fiscal ou responsável pela equipe de fiscalização do contrato, para efeito de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

2.12.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo(a) fiscal ou equipe de fiscalização do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

2.12.3 Para fins de pagamento, os serviços realizados pela Contratada serão recebidos definitivamente pelo Contratante, após a sua completa execução.

2.12.4. O recebimento definitivo de que trata o subitem anterior não exclui a responsabilidade da Contratada pelos



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3. - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.:

3.2. O objeto deste Termo de Referência se fundamenta na Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se ainda as disposições contidas no Decreto Municipal nº 005/2023 e demais normas pertinentes.

3.3. Serve-se da presente para expor os motivos pelos quais se faz necessário a contratação em tela, visando garantir o acesso universal, igualitário e integral ao SUS à população do município de Bento Fernandes/RN.

3.4. A Constituição Federal estabelece que a saúde seja direito de todos e dever do Estado, que fornece os serviços públicos de saúde por meio do Sistema Único de Saúde financiado pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios.

3.5. Assim sendo, cabe ao gestor municipal de saúde fazer o levantamento das disponibilidades físicas, financeiras e humanas da rede pública sob sua gestão, para garantir a universalidade e integralidade do acesso da população própria e referenciada aos serviços de saúde, considerando a demanda existente, através de ações próprias ou utilizando-se da colaboração de terceiros no cumprimento deste mandamento constitucional.

3.6. É fácil constatar que, pelo princípio da descentralização, que aos municípios compete à grande maioria das incumbências do SUS, seja qual for o nível de complexidade, com o apoio técnico e financeiro da União e dos Estados.

3.7. Ainda, a Lei Maior admitiu, com intuito de expandir os serviços públicos de saúde, que as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado participassem do sistema saúde de forma complementar, sempre observando as diretrizes deste, conforme dispositivos. In Verbis:

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. (...)

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. § 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

3.8. A Lei nº. 8.080/90 que trata da organização dos Serviços de Saúde, ao dispor sobre participação complementar da iniciativa privada, assim estabelece:

Art. 24. Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

Parágrafo único. A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público.

3.9. Neste sentido, cumprirá ao gestor em saúde, contratar os serviços necessários para assegurar que a Rede Municipal de Saúde de Bento Fernandes atenda à população.

3.10. Diante disso, o objeto do presente Termo de Referência justifica-se em razão da necessidade de atender a demanda municipal no que tange a disponibilização de profissionais especializados de saúde para atendimento às demandas da população local de responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde.

3.11. Portanto, tendo em vista a indispensabilidade dos serviços requeridos para o atendimento à população do município de Bento Fernandes, com vistas ao cumprimento do seu papel enquanto ente público e, considerando ainda, que o quadro funcional desta prefeitura municipal não dispõe de profissionais especialistas nas áreas requisitadas FUNDAMENTADA está a contratação. E considerando os benefícios evidentes e os prejuízos potenciais da não contratação de uma empresa especializada em serviços de enfermagem, é imprescindível que essa medida seja



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

priorizada como parte dos esforços para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos pela Unidade de Pronto Atendimento de Saúde do Município de Bento Fernandes/RN.

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1 Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução proposta compreende um conjunto de fornecimento/serviços abrangentes que visam atender às demandas específicas da Secretaria Municipal de Saúde, A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2 Analisando as alternativas disponíveis e que atendam à necessidade da área requisitante, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução indicada é a realização de credenciamento, procedimento auxiliar das licitações e contratações realizado por meio de processo administrativo de chamamento público em que a administração pública fará o registro de potenciais fornecedores, atendidos os requisitos necessários, bem como o registro de preços, visando tornar as contratações mais céleres e economicamente viável, com fundamento no Artigo 6º, inciso XLIII e Artigo 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, e ainda, as disposições do Decreto Federal nº 11.878/2024 e Decreto Municipal nº 005/2023.

4.3 Em resumo, a solução proposta envolve a contratação de empresas especializadas por meio do credenciamento, com o objetivo de garantir um atendimento de saúde contínuo e de qualidade na UMS. Essas empresas serão responsáveis por fornecer uma equipe qualificada de profissionais de saúde e cumprir todas as exigências legais e contratuais relacionadas à manutenção e assistência técnica, assegurando assim a eficiência e eficácia no atendimento às demandas da comunidade atendida.

5 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os serviços serão prestados por empresa/organização especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos pela Prefeitura Municipal de Bento Fernandes, que deverão ser especificados no Termo de Referência.

5.2. Sustentabilidade:

5.1.1. Há critérios de sustentabilidade, conforme segue:

5.1.1.1. A contratada observará a proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT; as boas práticas para o processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – Anvisa); a destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde (Resolução nº 358/2005 – CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada RDC 222/2018 – ANVISA); e a utilização de produtos de acordo com as diretrizes da Anvisa e Inmetro, se existentes;

5.1.1.2. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA; 5.1.1.3. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: 5.1.1.3.1. lançamento in natura a céu aberto;

5.1.1.3.2. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

5.1.1.3.3. outras formas vedadas pelo poder público.

5.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.2.1. Na presente contratação não há indicações de marca, característica ou modelo.

5.3. Da vedação de utilização de marca/produto

5.3.1. Não haverá vedação de marca/produto na presente contratação.

5.4. Da exigência de amostra

5.4.1. Não haverá exigência de amostra na presente contratação.

5.5. Subcontratação

5.5.1. Não haverá subcontratação decorrente na presente contratação.



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

5.6. Deverá, se possível, adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo uma política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

5.7. Deverá obedecer às normas técnicas de proteção ao meio ambiente, conforme exigido por meio de Lei.

5.8. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

6 - ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO

6.1 Como se trata de serviço técnicos, não será exigido garantia de obrigações contratuais. Por isso não se faz necessário ajustes obrigacionais quanto a garantia, assistência técnica entre outras avenças contratuais.

7 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas as seguintes sanções:

- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8. – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 A contratada realizará o Processo Seletivo, na íntegra, conforme se apresentado neste termo, a contratada receberá pela soma dos valores arrecadados através do pagamento da taxa de inscrição, feito pelas pessoas candidatas em conta da empresa pago pelas pessoas candidatas aos cargos de nível superior, aos cargos de nível médio e de nível fundamental, sem ônus para a contratante Município de Bento Fernandes/RN, independentemente do número de pessoas candidatas inscritas.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. É oportuno esclarecer que a inexigibilidade da indicação da dotação orçamentária ocorre porque não há, dispêndio financeiro para a contratante.



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

10. DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

10.1. É conferido à Administração as prerrogativas, com relação aos contratos/ARP, de:

- I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
- II - extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;
- III - fiscalizar sua execução;
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:
 - a) risco ao fornecimento ou prestação de serviços essenciais;
 - b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

11.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

11.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) gestor(es) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

11.3.1 O fiscal/gestor do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

11.3.2 O fiscal/gestor do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

11.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

11.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

11.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

11.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

11.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

11.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

11.9 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Municipal.

11.10 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas determinadas em normas Municipais do município de Bento Fernandes/RN.

12 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

Recebimento do Objeto

12.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 12.1.1. não produzir os resultados acordados,
- 12.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 12.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 8 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

12.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

12.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

12.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

12.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.7.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

12.7.2. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.9. Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados. Obedecendo os seguintes procedimentos:

12.9.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

12.9.2. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

12.9.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

12.9.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

12.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento. 12.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

12.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. Liquidação

12.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

12.13.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento.

12.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante; 12.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, podendo ser constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.17. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.18. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação. Prazo de Pagamento

12.22. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

12.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do seguinte índice de correção monetária: $EM = I \times N \times VP$, sendo: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Forma de Pagamento

12.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte,



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, exceto o ISS, que poderá ser retido na fonte. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento auxiliar, (Credenciamento) sob a forma Eletrônica, sem adoção do critério de julgamento, conforme melhor determinado pela legislação pertinente.

13.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

13.3 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

13.4 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.5 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.6 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.7 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

13.8 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.9 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

13.10 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

13.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

13.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

13.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.17 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

13.20 Certidão negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

13.21 Em face do grande aporte de mão de obra - envolvida diretamente na prestação dos serviços, objeto do presente Credenciamento e, por conseguinte, visando a higidez na prestação dos serviços, em especial, preservando a continuidade do serviço – exigir-se das Requerentes comprovação da situação econômica e financeira, utilizando-se os parâmetros dispostos na Instrução Normativa n. 5/2017 – SGMPDG, da Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sendo:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), endividamento geral (EG) igual ou menor ou igual a 0,8;

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado;

d) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “c” acima, observados os seguintes requisitos:

d.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

d.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

e) Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Qualificação Técnica

13.22 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

13.22.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

13.22.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13.23.3 As comprovações de experiência anterior, admitindo-se o somatório de atestados, referentes aos serviços executados de forma concomitante;

13.24 Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo da PESSOA JURÍDICA, da jurisdição onde atua, junto ao Conselho Regional de Medicina e Conselho Regional de Administração;

13.25 Cópia do registro profissional do responsável técnico da empresa, junto CREMERN/CRM da respectiva unidade da federação a qual funciona;

13.26 Cópia do registro profissional do responsável técnico da empresa em gestão de saúde, junto CRA/RN da respectiva unidade da federação a qual funciona;

13.27 Inscrição ativa no CNES;

13.28 Alvará Sanitário;

13.29 Alvará de Funcionamento;

13.30 Possuir, no mínimo, 03 (dois) anos de experiência com prestação de serviços a entidades de direito público ou privado, no objeto licitado, comprovando por meio de declarações ou atestado de capacidade técnica.

14. DO GESTOR ou FISCAL DO CONTRATO

14.1 O gestor de contratos/ARP responsável pelo atesto da despesa conforme portaria nº xxx/2024 constante nos autos, terá 15 (quinze) dias para conferir a documentação comprobatória exigida pela legislação em vigor, verificando, inclusive, a autenticidade das certidões apresentadas junto aos respectivos órgãos expedidores e verificará se os produtos/serviços entregues/executados atendem às especificações e condições previamente acordadas, conforme estabelece o art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e, não havendo qualquer pendência emitirá o atesto.

14.2 O Atesto será instruído com a seguinte documentação: I. Certidões para verificação da situação cadastral do credor, devidamente acompanhadas da prova de sua autenticidade e da observância do prazo de validade; II. Demais documentos exigidos, conforme a natureza da despesa.

14.3 Constatada qualquer pendência em relação à Nota Fiscal, à entrega do bem ou de parcela deste, o contratado será comunicado para saná-la.

14.4 Após a verificação da documentação apresentada pelo credor, e o cumprimento de todas as providências, o gestor de contrato emitirá o atesto e deverá remeter imediatamente a documentação respectiva a Secretaria Municipal de Finanças para fins de pagamento.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

15.1 - **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE** (art. 92, X, XI e XIV)

15.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

15.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.1.3 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

15.1.4- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

15.1.5 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

15.1.6 - Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

15.1.7 - Cientificar o órgão de representação jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

15.1.8 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

15.1.8.1 - Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir,



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

admitida a prorrogação motivada por igual período.

15.1.9 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15.2 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

15.2.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

15.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.1.3 - a empresa contratada deverá enviar a contratante os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS — CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT;

15.1.4 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

15.1.5 - Comunicar a contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

15.1.6 - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.1.7 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

15.1.8 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.1.9 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021,

15.1.10 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

16. DO SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO

16.1. Havendo mais de um credenciado, a prestação dos serviços ocorrerá por ordem de credenciamento;

16.2. O serviço iniciará pela ordem cronológica de credenciamento, sendo o primeiro credenciado o primeiro a executar os serviços;

16.3. Havendo mais de um credenciado na mesma data e hora, será realizado sorteio entre eles para estabelecer a ordem.

16.4. Os novos credenciados passarão a integrar o sistema como últimos da lista de espera.

16.5. Poderá o MUNICÍPIO CONTRATANTE, justificadamente, alterar o número de atendimentos de credenciado no sistema de rodízio, mediante comunicação prévia aos credenciados;

16.6. A alteração do quantitativo citada no item anterior somente será aplicada após completado o ciclo vigente com todos os fornecedores já credenciados no momento da comunicação da alteração.

16.7. O Credenciado poderá negar a convocação feita pelo sistema de rodízio, desde que já tenha executado o



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

número mínimo de atendimentos nos 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à convocação.

16.8. Na hipótese do item 16.7, haverá penalidade ao credenciado.

17. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- a. As consultas serão realizados na sede do município, nos locais indicados pelo Município Contratante.
- b. As cirurgias serão realizadas em estabelecimentos de saúde pré-aprovados pela Administração, que detenham condições físicas para a realização do procedimento cirúrgico.

18. DO PERFIL E ATRIBUIÇÕES

- 18.1 Profissional de nível superior titular de diploma para o cargo que está se credenciando, devidamente registrado no Conselho Regional de sua classe.

18. ORIENTAÇÕES E OBRIGAÇÕES DOS PROFISSIONAIS

- 19.1. Cumprir com pontualidade seus horários de chegada, com o mínimo de quinze minutos de antecedência.
- 15.2. Tratar com respeito e coleguismo todos profissionais e cidadãos.
- 15.3. Utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários.
- 15.4. Manter-se atualizado, frequentando os cursos de educação continuada e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos.
- 15.5. Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas.
- 15.6. Participar das reuniões convocadas pela direção do serviço.
- 15.7. Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegri-los, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos.
- 15.8. Acatar as deliberações da direção técnica.

19. DEMAIS PRERROGATIVAS

- 16.1 As regras concernentes às obrigações do contratante e contratado, as hipóteses de extinção do contrato, bem como demais disposições, devem ser observadas as regras da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 005/2023.
- 16.2 Atesto e/ou ratifico a elaboração e condições impostas no Termo de Referência e seu apêndice ETP, os quais subscrevo o presente.

Bento Fernandes /RN, em 04 de junho de 2024.
Retificado em 14/08/2024

Marília Gabriella Alves Bezerra Cavalcante Campos
Secretária Municipal de Saúde



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

Órgão(S) Requisitante(s): Classificação da Solução: (Compra/Serviço/Obra/Serv. Engenharia)	Secretaria Municipal de Saúde. Serviço Comum sem (DEMO)
---	--

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente documento trata-se de estudo técnico preliminar elaborado em atendimento, ao § 1º, do Art. 18 da lei 14.133/2021, pretendendo subsidiar à necessidade e viabilidade para prestação de serviços para atuar no município de Bento Fernandes/RN, objetivando atender a demanda de plantões e consultas médicas eletivas à população beneficiária do Sistema Único de Saúde, deste município.

1.2. A presente necessidade tem por objetivo ofertar assistência integral aos usuários do SUS, no que tange especialmente à oferta do atendimento médico especializado e da atenção primária à saúde, contribuindo assim para a melhoria da assistência e do atendimento ofertado pelo município de bento Fernandes.

2. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

2.1 Os bens/Serviços contratados para execução do objeto durarão inicialmente por 6 meses, sendo os levantamentos e estimativa dos quantitativos e foi realizado pela unidade requisitante e embasada por consultas prévias e levantamento realizado próprio órgão, nas seguintes quantificações de serviços, consultas e exame:

Item	Descrição / Especificação	Quant	Und
1	Médico Plantonista c plantão de 24 horas (segunda a domingo) diurno na Unidade Mista Beatriz Rodrigues da Silveira.	300	UND
2	Médico Plantonista c plantão de 12 horas (Segunda a Domingo) diurno na Unidade Mista Beatriz Rodrigues da Silveira.	300	UND
3	Consulta na Especialidade de Alergologia	30	UND
4	Consulta na Especialidade de Cardiologia	300	UND
5	Consulta na Especialidade de Dermatologia	70	UND
6	Consulta na Especialidade de Endocrinologia	50	UND
7	Consulta na Especialidade de Gastroenterologia	40	UND
8	Consulta na Especialidade de Geriatria	40	UND
9	Consulta na Especialidade de Ginecologia	100	UND
10	Consulta na Especialidade de Infectologia	40	UND
11	Consulta na Especialidade de Nefrologia	40	UND
12	Consulta na Especialidade de Neurologia	50	UND
13	Consulta na Especialidade de Oftalmologia	100	UND
14	Consulta na Especialidade de Ortopedia traumatologia	6	UND
15	Consulta na Especialidade de Otorrinolaringologia	40	UND
16	Consulta na Especialidade de Pediatria	50	UND
17	Consulta na Especialidade de Pneumologia	40	UND
18	Consulta na Especialidade de Psiquiatria	40	UND
19	Consulta na Especialidade de Reumatologia	40	UND
20	Consulta na Especialidade de Urologia	40	UND
21	Consulta na Especialidade de Mastologia	40	UND



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

22	Exame na Especialidade de ultrassonografia	50	UND
23	Exame na Especialidade de endoscopia	50	UND

2.2 Na busca de compreender suas demandas e garantir que a contratação atenda adequadamente às suas necessidades, promovendo assim uma execução de forma econômico, técnica, eficiente e eficaz.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1 A estimativa se dará de forma exemplificativa pela série de contratações iguais ou similares realizadas no próprio órgão em exercícios anteriores ou atual. E basear-se o custeio dos quantitativos expressos neste estudo serão verificados em pesquisa ou cotação de preços no mercado, seguindo metodologia e exigências da Lei 14.133/2021.

4. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 Após a análise do item a ser contratado, a “Equipe” aponta para a possibilidade de PARCELAMENTO do objeto. Uma vez que o parcelamento da presente solução torna-se tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a administração pública, tendo em vista que o fornecimento do objeto será efetivado conforme a necessidade da(s) secretaria(s) solicitante(s), não vinculando o município a quantidades mínimas em cada pedido.

5. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

5.1 Por sua natureza, não há impactos ambientais com o objeto em estudo.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES)

6.1. O levantamento de mercado e a coleta de informação para a solução pretendida, foram conduzidos pelo setor de patrimônio e distribuição de material da prefeitura de Bento Fernandes/RN. Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

6.2 Diante da necessidade do objeto deste estudo, foi realizado o levantamento de mercado no intuito de prospectar e analisar soluções para a pretensa contratação, que atendam aos critérios de vantajosidade para a Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência. Para fins de orçamentação e análise de vantajosidade da solução, foram priorizados os parâmetros previstos em contratações similares de outros entes públicos que realizaram Credenciamento-Inexigibilidade de licitação, Fonte: PNCP e Compras Públicas.

6.3 Com o exposto principais e possíveis soluções para a referida demanda seriam:

Alternativa 1: Contratação de Empresas Especializadas: Empresas que fornecem um conjunto completo de serviços médicos, incluindo plantões, consultas e exames. Essas empresas já possuem experiência na prestação de serviços públicos de saúde, com equipe médica qualificada e infraestrutura necessária. e gestão da qualidade.

Vantagens:

- ✓ Capacidade técnica elevada e infraestrutura consolidada para atender as necessidades de serviços médicos.
- ✓ Garantia de continuidade do serviço com alta eficiência e eficácia.

Desvantagens:

- ✓ Custo mais elevado devido à oferta de um pacote completo de serviços.
- ✓ Menor flexibilidade na personalização dos serviços conforme as demandas específicas da Prefeitura.

Alternativa 2: Contratação de Cooperativas de Médicos: Cooperativas de profissionais médicos que oferecem serviços especializados. A vantagem dessa opção é a flexibilidade no atendimento e gerenciamento da equipe e a possibilidade de negociação direta com os profissionais, porém pode haver desafios na gestão e na garantia da continuidade dos serviços.

Vantagens:

- ✓ Custo mais baixo, permitindo uma redução nos gastos iniciais.
- ✓ Flexibilidade no atendimento, com possibilidade de negociação direta com os profissionais.

Desvantagens:

- ✓ Qualificação dos profissionais pode ser variável, impactando a qualidade do serviço.
- ✓ Risco de falhas na continuidade dos serviços devido à dependência direta dos cooperados.



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

Alternativa 3: Parcerias Público-Privadas (PPP): Estabelecimento de parcerias com empresas privadas para a gestão e prestação de serviços médicos. Esta alternativa oferece a possibilidade de dividir responsabilidades e riscos entre o setor público e privado, promovendo investimentos em infraestrutura e tecnologia.

Vantagens:

- ✓ Possibilidade de compartilhamento de custos e responsabilidades, mitigando riscos financeiros.
- ✓ Potencial para inovação e investimentos em infraestrutura e tecnologia por parte do parceiro privado.

Desvantagens:

- ✓ Complexidade na implementação e maior tempo necessário para formalização dos contratos.
- ✓ Dependência de um parceiro privado, o que pode limitar a autonomia da Prefeitura na gestão dos serviços.

Alternativa 4: Contratação de profissionais autônomos: Nesta modalidade, a Prefeitura contrataria diretamente os médicos para a realização dos plantões e consultas.

Vantagens:

- ✓ Flexibilidade na contratação, permitindo ajustar a demanda conforme a necessidade específica da Prefeitura.
- ✓ Potencial redução de custos, já que a contratação é direta, sem intermediários.

Desvantagens:

- ✓ Variabilidade na qualificação e na disponibilidade dos profissionais, o que pode comprometer a qualidade do atendimento.
- ✓ Maior burocracia, dificuldade em garantir a continuidade do serviço, menor controle de qualidade.

7. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

7.1 Garantir atendimento integral aos munícipes que necessitem de atendimento médico plantões, consultas e exames na unidade mista de saúde do município. Como também, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros com a presente solução, destacando-se:

- a) Sanar ou mitigar as demandas: Atender à Secretaria Municipal de Saúde no tocante a diversidade de especialidades médicas e exames correlatos
- b) Maior transparência e controle: Processo licitatório transparente, garantindo igualdade a todos os participantes e possibilitando um controle mais efetivo aos órgãos de fiscalização.
- c) Qualidade dos materiais: Estabelecimento de critérios que possam garantir a qualidade e conformidade dos serviços.
- d) Flexibilidade nas aquisições: O credenciamento permite a contratação de acordo com a demanda.
- e) Otimização dos recursos financeiros: Possibilidade de planejar as aquisições de materiais e prestação de serviços de acordo com a demanda e dentro do orçamento disponível.

8. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO

8.1. Não há necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à contratação, nem quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Não há necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para o fornecimento/serviço podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

10. ANÁLISE E TRATAMENTO DOS RISCOS

10.1 Este mapa de riscos proporciona uma visão abrangente dos principais desafios associados à contratação de empresas especializadas para a execução dos serviços médicos. A implementação de ações preventivas e de contingência eficazes é essencial para mitigar os riscos e garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

1. Risco 1: Interrupção dos Serviços por Falência ou Problemas Financeiros da Empresa Contratada



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

- **Descrição do Risco:** A empresa contratada enfrenta dificuldades financeiras, resultando em falência ou incapacidade de continuar prestando os serviços.
- **Grau de Probabilidade:** Médio
- **Grau de Impacto:** Alto
- **Tipo de Dano:** Interrupção dos serviços médicos, comprometendo o atendimento à população.
- **Ação Preventiva:** Realizar uma análise financeira detalhada da empresa antes da contratação e incluir cláusulas contratuais que exigem relatórios financeiros periódicos.
- **Ação de Contingência:** Desenvolver um plano de substituição rápida da empresa, com pré-seleção de alternativas viáveis para garantir a continuidade dos serviços.
- **Responsável:** Gestor, Fiscal de contratos, jurídico e autoridade superior.

2. Risco 2: Não Conformidade com Normas e Regulamentações

- **Descrição do Risco:** A empresa contratada não cumpre integralmente as normas de saúde e regulamentações exigidas pelas autoridades competentes.
- **Grau de Probabilidade:** Baixo
- **Grau de Impacto:** Alto
- **Tipo de Dano:** Multas, sanções legais e possível suspensão dos serviços.
- **Ação Preventiva:** Exigir documentação de conformidade antes da contratação e realizar auditorias periódicas durante a vigência do contrato.
- **Ação de Contingência:** Implementar um plano de correção imediata com prazos definidos e, se necessário, realizar a substituição da empresa contratada.
- **Responsável:** Fiscal de contratos, Secretária e Controle Interno.

3. Risco 3: Baixa Qualidade nos Serviços Prestados

- **Descrição do Risco:** A qualidade dos serviços médicos prestados pela empresa é inferior ao esperado, resultando em insatisfação dos usuários e possíveis complicações de saúde.
- **Grau de Probabilidade:** Médio
- **Grau de Impacto:** Médio
- **Tipo de Dano:** Danos à saúde dos pacientes e à reputação da Prefeitura.
- **Ação Preventiva:** Estabelecer indicadores de qualidade claros no contrato e realizar monitoramento constante dos serviços prestados.
- **Ação de Contingência:** Aplicar penalidades contratuais e exigir melhorias imediatas, com possibilidade de rescisão contratual em caso de não conformidade persistente.
- **Responsável:** Fiscal de contratos, Secretária.

4. Risco 4: Dependência Excessiva da Empresa Contratada

- **Descrição do Risco:** A Prefeitura torna-se excessivamente dependente da empresa contratada, dificultando a substituição ou renegociação de contrato.
- **Grau de Probabilidade:** Médio
- **Grau de Impacto:** Médio
- **Tipo de Dano:** Redução da capacidade de negociação e aumento de custos em renovações contratuais.
- **Ação Preventiva:** Diversificar a contratação de serviços médicos, utilizando mais de uma empresa quando possível, e incluir cláusulas contratuais que permitam revisão periódica de condições.
- **Ação de Contingência:** Desenvolver planos de contingência que incluam alternativas de contratação de curto prazo.
- **Responsável:** Secretária e Autoridade superior

5. Risco 5: Problemas na Integração com os Sistemas de Saúde do Município

- **Descrição do Risco:** A empresa contratada enfrenta dificuldades na integração de seus sistemas com os sistemas de saúde já existentes na Prefeitura, causando problemas de comunicação e registro de dados.
- **Grau de Probabilidade:** Médio
- **Grau de Impacto:** Médio
- **Tipo de Dano:** Atrasos e erros na prestação dos serviços, comprometendo a eficiência e a continuidade do atendimento.
- **Ação Preventiva:** Realizar testes de integração de sistemas antes do início dos serviços e estabelecer uma equipe técnica conjunta para suporte.



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

- **Ação de Contingência:** Manter um plano de contingência para o uso de sistemas manuais ou paralelos até que a integração seja totalmente resolvida.
- **Responsável:** Secretária, Gestor e Fiscal de Contratos

6. Risco 6: Aumento Inesperado dos Custos Operacionais

- **Descrição do Risco:** A empresa contratada enfrenta um aumento inesperado nos custos operacionais, impactando o orçamento da Prefeitura.
- **Grau de Probabilidade:** Baixo
- **Grau de Impacto:** Alto
- **Tipo de Dano:** Comprometimento do orçamento municipal e possível necessidade de reajuste de tarifas ou corte de serviços.
- **Ação Preventiva:** Estabelecer cláusulas contratuais que limitem os reajustes de custos e realizem revisões periódicas de contratos.
- **Ação de Contingência:** Negociar com a empresa para limitar os impactos e revisar o escopo dos serviços prestados para manter o controle orçamentário.
- **Responsável:** Gestor e Fiscal de Contratos

7. Risco 7: Falta de profissionais qualificados:

- **Descrição do Risco:** A empresa contratada pode não dispor de profissionais qualificados para a realização dos serviços, comprometendo a qualidade do atendimento.
- **Grau de Probabilidade:** Médio
- **Grau de Impacto:** Alta
- **Tipo de Dano:** Reputacional, financeiro (indenizações), operacional (riscos aos pacientes)
- **Ação Preventiva:** Exigir comprovação da qualificação dos profissionais, realizar entrevistas e testes práticos e incluir cláusulas contratuais que permitam a substituição de profissionais não qualificados.
- **Ação de Contingência:** Contratar profissionais temporários para atender à demanda enquanto a situação é regularizada e buscar soluções jurídicas para recuperar os prejuízos.
- **Responsável:** Gestor, Fiscal de Contratos e Secretária.

8. Risco 8: Dificuldade na gestão do contrato:

- **Descrição do Risco:** A gestão do contrato pode ser complexa, exigindo acompanhamento constante e resolução de conflitos.
- **Grau de Probabilidade:** Alta
- **Grau de Impacto:** Médio
- **Tipo de Dano:** Operacional, financeiro
- **Ação Preventiva:** Designar um responsável pela gestão do contrato, estabelecer um cronograma de acompanhamento e criar um comitê de acompanhamento.
- **Ação de Contingência:** Contactar os setores: requisitante, controle interno e gestão do contrato para resolução de conflitos.
- **Responsável:** Gestor e Fiscal de Contratos.

11. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

11.1 – O Estudo Técnico Preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, a fim de que seja resolvido o problema da Administração Pública, promovendo a eficiência administrativa e a melhoria dos serviços/fornecimentos prestados à comunidade, contribuindo para uma gestão pública mais qualificada e efetiva.

11.2 Justifica-se a não inclusão dos demais elementos mencionados no Art. 18, § 1º da Lei 14.133/2021. Pela necessidade de agilidade na contratação, especificidade do objeto e economicidade, já que a solução apresentada se deve à natureza autoevidente do objeto, a indefinição dos recursos orçamentários, a simplificação da contratação, e a avaliação prévia dos riscos e impactos. Bem como, a natureza singular do objeto exige análise técnica aprofundada no TR, dispensando detalhamento ineficientes no ETP. Essa abordagem visa otimizar o processo, evitando redundâncias, evitar duplicidade de informações e focando nos aspectos essenciais para uma contratação eficiente.

11.3 Foram levantadas as possibilidades pretendidas e com base na avaliação técnica e econômica realizada,



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

recomenda-se a **Alternativa 1: Contratação de Empresas Especializadas** para a execução dos serviços médicos de plantões, consultas e exames para a Prefeitura Municipal de Bento Fernandes/RN. Esta opção garante a melhor combinação de qualidade, continuidade e custo-benefício, atendendo adequadamente às necessidades da população e aos princípios estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021. Essa opção apresenta maior potencial para garantir a qualidade dos serviços, a otimização dos recursos e a implementação de soluções inovadoras. Além disso, as empresas especializadas possuem maior experiência na gestão de contratos com o poder público e estão mais preparadas para atender às exigências legais e normativas.

11.4 Verifica-se que a previsão dos elementos constitutivos do Estudo Técnico Preliminar constantes da Lei nº 14.133, de 2021, foram obedecidos, uma vez que este documento se mostra possível de complementação e necessário a natureza da contratação do objeto pretendido pelo procedimento auxiliar Credenciamento-Inexigibilidade de licitação.

[X] Esta equipe de Planejamento declara viável a pretensa contratação, com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o art. 18, §1º, XIII, da Lei nº 14.133/21.

[] Esta equipe de Planejamento declara inviável a pretensa contratação, com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o art. 18, §1º, XIII, da Lei nº 14.133/21.

Bento Fernandes /RN, em 04 de junho de 2024.

Marilia Gabriella Alves Bezerra Cavalcante Campos
Secretária Municipal de Saúde



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

NEXO II – MODELO DE CARTA PROPOSTA

CREDENCIAMENTO Nº _____

PROPOSTA

REFERENTE: CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES/RN

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDICOS ESPECIALISTAS, PLANTÕES E EXAMES DE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

PROPONENTE:

CNPJ:

Prezados Senhores,

O proponente acima identificado vem afirmar à _____, nos termos do credenciamento, neste ato, total concordância com as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº _____, inclusive com os valores e instruções gerais constantes no Termo de Referência.

Diante das informações acima informadas desejo participar apenas das especialidades conforme dados abaixo:

MANTER APENAS OS ITENS A SE CREDENCIAR

Item	Descrição / Especificação	Quant	Unidade	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
				R\$	R\$

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA R\$ PRAZO DE EXECUÇÃO:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento: Banco:

Conta:

Local e Data. NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

ANEXO III - MODELOS DE DECLARAÇÕES

REFERENTE: CREDENCIAMENTO Nº _____
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES/RN

PROPONENTE:
CNPJ:

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

2.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

4.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

5.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da _____, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

6.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

7.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade. O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

8.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

ANEXO IV – REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

REFERENTE: CREDENCIAMENTO Nº
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDICOS ESPECIALISTAS, PLANTÕES E EXAMES DE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTES MUNICÍPIO.

Prezados Senhores,

A Empresa (ou Associação, Instituição, etc.) _____(razão social)_____, estabelecida à Rua _____, nº _____, _____(complemento)_____, _____(bairro)_____, CEP _____, na cidade _____, Estado do Rio Grande do Norte, _____(telefones) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, na condição de **INSTITUIÇÕES MÉDICAS, HOSPITALARES** inscrita no _____(**Órgão ou Conselho Fiscalizador**) _____ sob o nº _____, vem requerer seu credenciamento para prestar serviços aos usuários do **Sistema de Saúde do Município de Bento Fernandes/RN**, no(s) itens descrito no termo de referência para o objeto: plantões médicos, consultas e exames especialidade(s) **MEDICAS**.

Disponibilizamos os seguintes meios para prestar quaisquer esclarecimentos relativos esta proposta: telefone (84) _____ - _____ - (nome do contato, função).

Segue em anexo os documentos especificados no **Edital de Credenciamento nº _____/2024**, com o qual esta empresa (ou Associação, Instituição, etc.) declara estar de pleno acordo em todas as suas cláusulas e condições.

Designa-se o Sr(a) **(nome do representante)**, **(nº documento de identidade)**, **(nº do CPF)**, como representante legal constando também em anexo a credencial que o autoriza a participar deste procedimento administrativo.

Dados bancários do proponente para fins de pagamento: Banco:

Conta:

Local e Data. NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: O requerimento deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

ANEXO V - MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxx/2024
CREDENCIAMENTO Nº xxx/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO, DE UM LADO, O
MUNICÍPIO DE BENTO FERNANDES E, DO OUTRO, A
EMPRESA: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ:
xx.

O MUNICÍPIO DE BENTO FERNANDES/RN, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, com endereço a sede da Prefeitura Municipal com Sede à Rua Tiradentes, nº 181, centro - BENTO FERNANDES/RN, inscrita no CNPJ sob nº 08.110.884/0001-49, simplesmente denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Paulo Marques de Oliveira Junior, brasileiro, solteiro, capaz, inscrito no CPF: 261.474.914-15, residente e domiciliado, nesta cidade de BENTO FERNANDES/RN CEP: 59555-000, e doravante denominada CONTRATADA empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada a Com Endereço na Rua: xxxxxxxxxxxx, nº xxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx, Bairro: xxxxxxxxxxxx CEP: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx/RN, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Função xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx portador(a) do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e da CNH nº xxxxxxxxxxxx, expedido por xxxxxxxx/RN, tendo em vista e de acordo com as formalidades constantes no processo nº xxx/2024 em observância as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 005/2023, resolvem celebrar o presente termo de contrato, decorrente deste 0 nº. xxx/2024, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante cláusulas e condições enunciadas:

CLÁUSULA 1ª. OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto consiste na Contratação de empresa para atuar no município de Bento Fernandes, objetivando atender a demanda de plantões e consultas médicas eletivas à população beneficiária do Sistema Único de Saúde, deste município.

CLÁUSULA 2ª. DAS ESPECIFICAÇÕES e PREÇOS

2.1 conforme preços e quantidades descritas na planilha abaixo:

Item	Especificação	Quant.	Unid.	V. Unit.	V. total
1				R\$	R\$
2				R\$	R\$
3				R\$	R\$
4				R\$	R\$
					R\$

2.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.1.1. O Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar que embasou a contratação;
- 2.1.2. O edital do Credenciamento;
- 2.1.3. A Autorização, Adjudicação e Homologação do Credenciamento, se houver;
- 2.1.4. A Proposta do Contratado;
- 2.1.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA 3ª. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 3.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 3.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 4ª. DA FONTE DE RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na certidão de dotação anexa aos autos do processo e abaixo discriminada:



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

CLÁUSULA 5ª. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (Art. 92, X, XI e XIV)

5.1 São obrigações do CONTRATANTE:

- 5.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 5.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 5.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 5.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 5.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 5.1.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 5.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 5.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 5.1.8.1 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 60 (sessenta) para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 6ª. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92, XIV, XVI e XVII)

6.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 6.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, caso aplicável;
- 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 6.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 6.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 6.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 6.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 6.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

verifique no local da execução do objeto contratual.

6.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

6.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

6.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

6.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

6.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

6.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

6.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

6.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

6.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLAÚSULA 7ª. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

7.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA 8ª. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa**:

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

8.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

8.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

8.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

8.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

8.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA 9ª. DO PAGAMENTO

9.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....).

9.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9.1.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

9.2. FORMA DE PAGAMENTO

9.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3. PRAZO DE PAGAMENTO

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, Sendo observado a ordem cronológica de pagamento.

9.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

9.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária ou outro índice que venha a oficialmente substituí-lo.

9.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

9.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

9.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

9.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

9.4.7. Constatando-se, junto a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA 10ª. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

10.1. O prazo de vigência da contratação é contado do(a) assinatura até xx/xx/2024, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, somente quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

10.2 A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA 11ª. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA 12ª. DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

12.2 ficam incluídas todos os deveres e obrigações deste objeto contidos no termo de referência e estudo técnico preliminar anexo ao processo administrativo supracitado.

CLÁUSULA 13ª. DO REAJUSTE (ART. 92, V).

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

13.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a



Estado do Rio Grande do Norte
GOVERNO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES
CNPJ: 08.110.884/0001-49

ocorrência da anualidade

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA 14ª. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não serão aceitos a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA 15ª. DA GARANTIA

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA 16ª. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1 As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

16.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4 - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.5 - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

16.6 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.7 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.8 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.9 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.10 - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

16.11 - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



16.1 Fica eleito o foro da Justiça Comum Estadual, Seção Judiciária com sede no Município de João Câmara/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Bento Fernandes/RN, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2024.

Pela Contratada

2 – Nome _____ CPF _____